**NUEVAS PRÁCTICAS DE GOBERNANZA EN EL ÁMBITO DEL AGRONEGOCIO GLOBALIZADO EN EL CERRADO BRASILEÑO**

Werlen Gonçalves Raasch

Estudiando Master en Geografía en la Universidad de Brasília

Werlen\_raasch@hotmail.com

EJE TEMÁTICO “12”

**Resumen**

Los actores de la modernización agrícola están cada vez más presionados por los consumidores y la sociedad civil a aplicar buenas prácticas socioambientales. La confiabilidad en las relaciones implicadas en las cadenas productivas genera nuevas prácticas de gobernanza, ya que *stakeholders* globales discuten los métodos de las redes agroalimentarias en dimensiones económicas, sociales, culturales y ambientales. Esta investigación busca identificar nuevas prácticas de gobernanza en el agronegocio globalizado en el Cerrado brasileño. La Moratoria de la Soja fue una cooperación empresarial entre los *stakeholders* de la cadena de la soja. De ese arreglo institucional público-privado, se originó el programa Soja Plus, un *standard* socioambiental brasileño. En esta perspectiva, surgió para la soja responsable la *multi-stakeholder Round Table on Responsible Soy* y el Instituto Algodão Social. La Rede Cerrado reúne más de 300 entidades que trabajan hacia la sostenibilidad de los pueblos tradicionales en ese bioma. Aunque las *Global Players* actúen en las decisiones políticas, emergen nuevos actores para descentralizar el poder corporativo y estatal, creando formas de regulación con impactos espaciales en el campo y en la ciudad. Estas organizaciones ejemplifican una nueva gobernanza comprendiendo una pluralidad de actores no-gubernamentales que mantienen los enlaces institucionales, en varias escalas espaciales.

Palabras clave: Gobernanza; Territorio. Agronegocio; Cerrado brasileño.

**Resumo**

Os atores da modernização agrícola estão cada vez mais pressionadas pelos consumidores e sociedade civil a aplicarem boas práticas socioambientais. A confiabilidade nas relações entre as partes interessadas nas cadeias produtiva vem gerando novas práticas de governança, uma vez que *stakeholders* globais debatem os métodos das redes agroalimentares nas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Esta pesquisa propõe identificar novas práticas de governança realizadas no âmbito do agronegócio globalizado no cerrado brasileiro. A Moratória da Soja foi uma cooperação empresarial entre stakeholders da cadeia de sojicultura. Deste arranjo institucional privado-público, originou-se o programa Soja Plus, um *standard* socioambiental brasileiro. Nesta perspectiva, surgiu a *multi-stakeholder* para soja responsável Round Table on Responsible Soy e o Instituto Algodão Social. A Rede Cerrado congrega mais de 300 entidades trabalhando para a promoção da sustentabilidade e dos povos tradicionais no bioma. Ainda que as Global Players atuam nas decisões políticas, emergem novos atores para descentralizar o poder corporativo e estatal (poder brando), criando formas de regulação propulsoras de impactos espaciais no campo e cidade. Essas organizações são um exemplo de nova governança - irrestrita as práticas governamentais/estatais -, compreendendo uma pluralidade de atores demasiadamente não-governamentais, mas mantendo os elos institucionais, em escalas espaciais diversas.

Palavras-chave: Governança; Território; Agronegócio; Cerrado brasileiro.

**INTRODUÇÃO**

No século XXI, novas variáveis foram aglutinadas aos sistemas agroalimentares, fator este que explica a difusão de novas propostas ou atualizações conceituais como das Redes de Produção Global (RPG) e Governança. O debate acerca dos *standards* globais de produção que respeitam os princípios da sustentabilidade e do cumprimento do exercício de Boas Práticas Agrícolas se promulgou com a necessidade de distinção das mercadorias no mercado global cada vez mais competitivo, e em resposta a um nicho da sociedade sensibilizada com os impactos ambientais, a precarização do trabalho e preocupada com a dignidade humana.

Na perspectiva socioambiental, há uma mudança de paradigmas no século XXI, uma vez que as corporações estão cada vez mais pressionadas por consumidores e sociedade civil - nacional e internacional - a aplicarem boas práticas socias (como as trabalhistas) e de equilíbrio ambiental. E, pelo próprio mercado a instituírem formas mais eficientes de produção gerando-o mais competitividade. A confiabilidade nas relações entre as partes interessadas nas redes agroalimentares e a incessante busca pela rentabilidade econômica vêm gerando novas práticas de Governança, uma vez que *stakeholders* global (multiatores) debatem os métodos de produção e circulação nas redes agroalimentares nas dimensões econômica, social e ambiental.

Desse modo, esta pesquisa propõe identificar novas práticas de governança realizadas no âmbito do agronegócio globalizado no cerrado brasileiro. No presente artigo, buscou-se explorar a temática do conceito de Governança, e do consumo como uma força de pressão. Estas duas variáveis tem influenciado o comportamento auto-organizacional das redes agroalimentares, uma vez está correlacionado com a conformação de arranjos institucionais que representam interesses de atores capazes de influenciar a Governança Territorial.

**A GOVERNANÇA NA CONTEMPORANEIDADE – EXPRESSÕES NO TERRITÓRIO**

Na contemporaneidade o conceito Governança está inserido em múltiplos meios e conota múltiplos significados. No entanto, no passado, o termo já foi mais direcionado a um contexto específico. O termo surgiu em 1937 no artigo intitulado “*The Nature of the Firm*” de Ronald Coase. Por ora, ganhou destaque na década de 1970 com Oliver Williamson, que passou a usar governança “para designar “os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes”, referindo-se aos protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas (...) (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 76).”

O termo se propagou no mundo empresarial e posteriormente foi incorporado onde há relações intrínsecas de poder, passando a ser usual nas organizações tanto da esfera público quanto privado. Por muito tempo governança tornou-se sinônimo de governo, referindo-se as deficiências dos Estados nas políticas econômicas, sendo muito utilizado a partir da década de 1980 por economistas neoliberais que apontavam novas práticas estruturais institucionais em nome de uma boa governança (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

Contudo, o conceito ganhou muitos entendimentos, como caracterizado por Rhodes em (1996) e (2007), tendo como base o contexto britânico. Ao menos seis usos explanados pelo autor revelam o caráter heterogêneo de governança. Em Rhodes (1996, p. 653-663) são eles: I) Governança como Estado mínimo – uma utilização que associa o termo com a redução da extensão do Estado. Neste caso, redução da atuação do Estado em gastos com serviços públicos. Neste uso, governança encapsula a concepção ideológica de menos Estado; II) Governança como Governança Corporativa – refere-se a um guia geral de supervisão e controle das ações administrativas de uma empresa. Mais tarde foi cooptada por algumas instituições públicas;

III) Governança como o novo gerenciamento público – o “novo gerenciamento público” na Grã-Bretanha sofreu influências das correntes do gerencialismo e economia institucional, ambas criadas no ambiente privado. O gerencialismo refere-se a gestão por resultados, proximidade com o cliente e metas de desempenho. A economia institucional nada mais é que o incentivo da concorrência, diminuição de burocracias e escolha do consumidor; IV) Governança como “Boa Governança” – conforme Rhodes, Leftwich identifica três vertentes da boa governança - a sistêmica, a política e a administrativa. A primeira transcende o governo, compreendendo o poder político e econômico interno e externo. A vertente política diz respeito a um Estado com autoridade e mandato democrático. Já no uso administrativo, se associa a um Estado com serviço público eficiente, responsável e auditado. O Banco Mundial, incorporou este uso de “Boa Governança” como critério de concessão de crédito, sobretudo, aos países em desenvolvimento, tendo como exigência a concorrência de mercados, privatizações de empresas públicas e redução das obrigatoriedades do Estado com serviços entendidos como públicos;

V) Governança como Sistema sócio-cibernético – conforme Rhodes, para Jan Kooiman, a denotação de Governança transcende os limites estatal e/ou corporativo, sendo construída por um processo que contempla multiatores, envolvendo setores públicos, privado e voluntário; Kooiman enxerga a Governança como “o resultado de formas sócio-políticas interativas de governar”. Ou seja, a Governança é “resultado 'comum' dos esforços de intervenção em interação de todos os atores envolvidos. Esse padrão não pode ser reduzido a um ator ou grupo de atores em particular (RHODES, 1996, p. 657, Tradução Nossa).”

VI) Governança como Redes auto-organizadas - Esta Governança extrapola as questões governamentais, envolvendo muitos atores que conformam redes interorganizacionais, que trocam serviços, informações, conhecimento etc. Rhodes explana que esta Governança tem a ver com o gerenciamento das redes. Este gerenciamento não é trivial do setor público, mas sim de muitas organizações (no âmbito público, privado e voluntário) que se auto-organizam em formato de redes com base na confiabilidade, reputação, cooperação e reciprocidade mútua. Em suma, as redes são autônomas e autogovernáveis, o governo não possuí poder de controle soberano, na verdade faz parte do bojo de atores que conformam as redes auto-organizadas, que “desenvolvem suas próprias políticas e moldam seus ambientes (RHODES, 1996, p. 659, Tradução Nossa).” Ainda que Rhodes considere que estipular um entendimento de Governança seja arbitrário, o autor reuniu elementos destes usos e propôs Governança como redes auto-organizáveis e inter-organizacionais.

Nesta mesma perspectiva, Rosenau (2000) traz Governança como um fenômeno que abrange as instituições governamentais e os organismos de caráter não-governamental. “Portanto, a governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos (ROSENAU, 2000, p. 16).” Para Jessop (2016, p. 165, Tradução Nossa) “governança refere-se a mecanismos e estratégias de coordenação em face da interdependência recíproca complexa entre atores, organizações e funções funcionais sistemas.” Esse perfil multidimensional de governança evoca a coexistência de distintas formas de controle (BEZERRA, 2012). Essas formas de controle são oriundas de inúmeras organizações que estão em multiescalas espaciais, trazendo consigo complexidades diversas no âmbito da governança e regulação. Portanto, as “governanças” tornam-se multiescalar espacialmente (COES; DICKEN; HESS, 2008).

A estrutura de governança das redes é alterada pela natureza em que se constituem os padrões ambientais e sociais – agora várias partes envolvidas nas Redes de Produção Global[[1]](#footnote-1) (RPG) definem os padrões nas plataformas globais. Os multiatores, público ou privado, envolvidos na definição dos padrões internacionais são de lugares distintos, com atuação em escalas geográficas nos níveis local, regional e internacional, criando assimetrias espaciais. Em suma, as redes transitam em dimensões multiterritoriais, englobando diversas jurisdições (normas distintas). Desse modo, formam-se novos arranjos institucionais internacionais (COE; DICKEN; HESS, 2008).

Entretanto, a centralidade dos Estados-Nações ainda são atores-chave nas redes de produção global, pois o Estado-Nação ainda mantém os organismos internacionais e subnacionais vinculados a alguma estrutura política básica dos estados nacionais. O próprio estado sanciona a criação de instituições internacionais, e estas se fixam em algum território político estatal. Contudo, na contemporaneidade se observa mais fluidez e flexibilidade. Um exemplo empírico são os arranjos econômicos e macrorregionais. Os acordos de livre comércio e/ou de pessoas entre países como por exemplo da União Europeia, Nafta e Mercosul, alteram significativamente a superfície econômica e política onde operam os atores das RPGs (COE; HESS, 2008).

A questão territorial envolve relações de poder entre atores, e estas são reveladas nas práticas de governança. As ações de atores no território dão o caráter da governança territorial que está sendo exercida. A Governança Territorial pode ser entendida da seguinte forma:

(...) como o exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 80).”

Conforme Dallabrida & Becker (2003, p. 81) a identificação de práticas em prol do exercício da Governança Territorial podem ser através dos “diversos tipos de fóruns ou conselhos de desenvolvimento, as agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesse diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores ou empresariais, dentre outras.”

A luz dessa compreensão, torna-se possível averiguar quais as “governanças” que estão sendo coordenadas pelos multiatores no território, e que tipo de controle e influência eles exercem. Mas antes realizarmos este exercício empírico, que será no âmbito do agronegócio globalizado no cerrado brasileiro, é necessário tratar da variável do ativismo de consumo, que segue se expandindo e tornou-se um elemento com grande influência direta nas redes agroalimentares, e tem tudo a ver com a cristalização das novas formas de governança.

**ATIVISMO DE CONSUMO NAS REDES AGROALIMENTARES – UMA VARIÁVEL DE PODER**

Na contemporaneidade o fenômeno do ativismo de consumo tem criado novas relações de poder entre as partes interessadas nas redes de produção agroalimentares. As empresas estão cada vez mais sendo cobradas por nichos da sociedade civil a não dispensarem as boas práticas trabalhistas e ambiental nas formas de produção, sendo exigida uma segurança na produção de produtos, sobretudo no ramo alimentício. Bauman (2008) chama a atenção para o processo de transição de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Evidente que tal processo ocorre de forma heterogênea nos territórios, a depender da funcionalidade dos lugares para com o sistema econômico global.

O consumidor final deixou de ser um ator totalmente passivo e tornou-se um regulador indireto da produção conforme o aumento do seu poder de barganha, seja este poder adquirido por arranjos organizacionais e/ou através de movimentos de pressão. Os nichos de consumidores mais críticos responsabilizam, na ocorrência de ações que fogem do que é considerado socialmente e ambientalmente justo, todas as partes envolvidas em uma rede de produção (do produtor ao varejista). Desse modo, a diferenciação de produtores e produtos é uma questão estratégica a *priori* comercial, mas também de preservação da imagem das corporações atentas as exigências que emergem da sociedade.

Como mecanismos de diferenciação de produtos e produtores, a certificação socioambiental sem dúvidas tem sido o sistema mais eficaz para garantir transparência e confiabilidade em todo o processo de produção de um produto agroalimentar. As iniciativas de certificação socioambiental nas redes agroalimentares seguem se expandido desde a década de 1990, e tem alterado as formas de produção e tem criado novas formas de governança, pois hoje envolve plataformas globais de multi-stakeholder.

Ainda na perspectiva do ativismo de consumo, as pessoas, quando não são influenciadas pela publicidade a enquadrar-se num perfil de consumidor, elas tendem a ter o seu perfil de consumo traçado pelo mercado, pois identifica-se um novo nicho de consumo. Traçar o perfil do consumidor torna-se uma ação gerencial estratégica para o varejo. Nesse sentido, o consumo identitário tem se tornado uma prática política, sendo possível identificar cada vez mais grupos da sociedade organizados para atuar na sensibilização de consumidores não adeptos ao consumo “consciente” (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005). Há muitos exemplos de campanhas públicas de repúdio e sabotagem as corporações que violem boas práticas socioambientais no processo de produção, sobretudo as que são impulsionadas por Organizações Não-Governamentais (ONG) (WINSTON, 2002).

No consumo se viu uma oportunidade de contestação política, levando a uma mudança estratégica de atuação de movimentos sociais que se concentravam na produção. Os movimentos sociais chamam a atenção dos consumidores, no sentido de sensibilizá-los enquanto fomentadores de produtores e varejistas que se eximem das boas práticas sociais e ambientais (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005).

O consumo também está introduzido no centro das ramificações da educação mais crítica, que discute as linhas ambiental da sustentabilidade (fator que inclusive originou a educação ambiental). As novas plataformas de conhecimento e informação, aumentaram proporcionalmente o quantitativo de consumidores mais críticos e exigentes no momento da compra. As demandas de caráter individual ganharam outra proporção com a internet e as redes sociais. Em meio a revolução dos sistemas de informação, a divulgação da imagem de uma empresa ou marca foram potencializadas, por sua vez, a manutenção da imagem de uma empresa atualmente exige mais cuidados que no passado.

**MULTIATORES NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO – GOVERNANÇA TERRITORIAL**

O agronegócio brasileiro se (Re) produz espacialmente, sobretudo, nas áreas originárias do bioma cerrado. É nesta porção do espaço geográfico que os atores da modernização agrícola se enraizaram com conexões socioeconômicas multiescalares diversas. Há décadas as ações demasiadamente públicas e privadas são direcionadas para com a gestão do território no cerrado para garantir a competitividade do agronegócio, diante da globalização econômica.

Nesse contexto de modernização da agropecuária brasileira, a questão ambiental neste bioma foi por muito tempo relativizada. Os impactos provocados com o desmatamento, a poluição das águas e a degradação do solo, o uso excessivo de agrotóxicos nas plantações, bem como as formas de se produzir no campo brasileiro (como a precarização das relações de trabalho e a relação do grande produtor com as comunidades locais) estão sempre no alarde dos movimentos socioambientais de pressão e da mídia, com mais força na meios alternativos de comunicação.

Nesse sentido, a reinvindicação da produção sustentável por setores da sociedade, fomentada pela retórica da sustentabilidade, que ocorre em âmbito global, vem alterando a governança territorial no campo brasileiro. Buscando responder a demanda global e local, as redes agroalimentares dispõem de iniciativas nacionais e internacionais para estabelecimentos de padrões socioambientais na produção de orgânicos, cafeicultura, silvicultura, carnes, cotonicultura, sojicultura e outros. Os países voltados para a produção agrícola, assim como o Brasil:

Está buscando diferenciar seus produtos no mercado, oferecendo maior qualidade e segurança dos mesmos aos consumidores. Tal anseio é devido ao desenvolvimento em direção à proteção de seus alimentos, seus conhecimentos e habilidades (know-how) e devido à necessidade e demanda mundial de produtos mais saudáveis, ecologicamente corretos, rastreáveis, dentre outros (SILVA; PALLET; BRABET, p. 4, 2002).

Nas duas últimas décadas novos arranjos institucionais emergiram, de caráter privado ou público/privado, sobretudo aqueles envolvidos com a garantia da qualidade socioambiental, e para representar todas as partes interessadas nas redes de produção global de alimentos. Estas iniciativas compreendem novas práticas de governança no território.

Trazendo um panorama da certificação orgânica no Brasil, em outrora o movimento teve início a partir do trabalho informal de ONGs, associações e cooperativas de produtores e consumidores, que estabeleciam normas internas genuínas. O primeiro órgão de certificação de orgânicos do país foi a Cooperativa de Consumidores no Rio Grande do Sul (COOLMÉIA) em 1978. Mas com o surgimento da necessidade de reconhecimento internacional, visando a exportação, logo se buscou os padrões internacionais como referência.

Um exemplo interessante de certificação para produtos agroecológicos e de nova governança no Brasil, ainda a área de atuação seja fora do cerrado brasileiro, é a certificadora da Rede Ecovida. Criada em 1998 com iniciativas de ONGs e organizações de agricultores do Sul do Brasil, a Rede Ecovida possuí uma estrutura de governança diferenciada, uma vez que se coloca como uma rede horizontal e descentralizada, sendo organizada por grupos informais de agricultores, associações e cooperativas. “Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica (Rede Ecovida, 2019).”

No setor do café, a Origem Região do Cerrado Minero é a iniciativa mais conhecida de denominação de origem, sendo ela gerida pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro. O processo de certificação de origem e avaliação sensorial de qualidade de café do Cerrado Mineiro segue um protocolo da associação americana de cafés, havendo garantia através de um sistema de rastreabilidade dos grãos e normas internas que regulam a denominação de origem do Cerrado Mineiro. Contudo, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) possui programas de certificação desde 1989, contendo atualmente cinco tipos de selos para produtores e inclusive cafeterias.

Como exemplo empírico na cotonicultura brasileira, o Instituto Social do Algodão (IAS), entidade sem fins lucrativos, foi criada em 2005 pela Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), com o propósito de orientar os cotonicultores do estado sobre a legislação trabalhista e ambiental. O IAS foi pioneiro para com as iniciativas socioambientais no Brasil, ao lançar em 2007 o programa "Algodão Socialmente Correto" em parceria com a ABNT – o selo era destinado aos produtores que seguiam às normas trabalhistas e ambientais no estado.

Com base nessa iniciativa a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão criou em 2009 o Programa Socioambiental da Produção de Algodão (PSOAL) (IAS, 2012). Conforme Veiga & Rodrigues (2010), o IAS foi criado por pressão política local dos órgãos de fiscalização Minis­tério Público Federal do Trabalho e do Emprego do Brasil (MTE), ao focar na questão do trabalho escravo no MT ao incluir produtores do estado na lista de trabalho escravo, ou seja, nesse caso não foi criado para responder ás pressões internacionais. E outra consideração a respeito do IAS, é que naquele período o instituto não havia incluído o conteúdo normativo do BCI no que se refere a redução ou proibição de agrotóxicos em seu programa socioambiental.

Em 2012 a ABRAPA unificou as normas dos programas do IAS e PSOAL e lançou o programa de certificação Algodão Brasileiro Responsável (ABR). O programa ABR tem como fundamento o incremento progressivo das boas práticas sociais, ambientais e econômicas nas fazendas produtoras de algodão. O processo de certificação ABR e licenciamento BCI é centralizado no programa ABR, de maneira que o produtor possa optar pelo licenciamento da organização internacional no momento da solicitação no programa da ABR. uma auditoria externa avalia oito critérios contidos no programa ABR nas unidades produtoras: (1) contrato de trabalho; (2) proibição de trabalho infantil; (3) proibição de trabalho análogo a escravo ou em condições degradantes ou indignas; (4) liberdade de associação sindical; (5) proibição de discriminação de pessoas; (6) segurança, saúde ocupacional e meio ambiente do trabalho; (7) desempenho ambiental; (8) boas práticas agrícolas (ABRAPA, 2016).

Como exemplo empírico na sojicultura brasileira, e que influenciou diretamente na expansão da soja no cerrado brasileiro, foi o pacto da Moratória da Soja para o bioma amazônico. O acordo ocorreu em 2006 entre a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (ANEC), governo e organizações da sociedade civil foi uma tentativa de resposta à pressão internacional que a rede de produção da soja brasileira (e também outros países produtores) estava recebendo acerca dos problemas ambientais que a oleaginosa traria ao avançar para o bioma da floresta amazônica.

O acordo consistiu no compromisso das empresas esmagadoras de soja (Cargill, ADM, Amaggi, Bunge etc.) a não adquirir soja de áreas desmatadas da Amazônia Legal pós-moratória. “Como se trata de um arranjo privado e voluntário, é preciso desenvolver mecanismos transparentes de monitoramento e verificação (VEIGA; RODRIGUES, 2010, p. 17).” Nesse sentido, o envolvimento de atores como o INPE e o PRODES que realizam o monitoramento e análise das imagens, bem como dados das instituições Agrosatélite, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como a publicação de relatórios anuais, garantem o reconhecimento internacional do Programa. “A governança e a operação da Moratória são de responsabilidade do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), constituído pelas empresas associadas à ABIOVE e à ANEC, por organizações da sociedade civil, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Banco do Brasil (ABIOVE, 2019).”

A participação de ONGs como a WWF e Greenpeace, associações como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR), além de órgãos estatais que defendem interesse público, conota o GTS, a Moratória, como um espaço de equilíbrio de interesses entre as partes envolvidas. Os resultados positivos pós marco regulatório da soja na Amazônia são devidamente reconhecidos internacionalmente por organizações e pesquisadores ambientais, e aproveitando esse caso exitoso, foi instituído um Grupo de Trabalho do Cerrado (GTC) desde 2017 (MMA/BRASIL, 2018), havendo por parte de ambientalistas e atores civis a defesa da extensão da Moratória para o bioma cerrado. Esse debate é atual, e o posicionamento divergente dos multi-stakeholder revela resistências por parte dos produtores e empresas processadoras.

Como assinalado por Veiga & Rodrigues (2010, p. 16) “existe hoje uma demanda transnacional para a certificação da soja sustentável, através da mesa redonda RTRS, que coloca o Brasil em evidência devido ao fato de ser o segundo maior produtor e exportador de soja e derivados.” Desde 2006 arranjos privados surgiram para responder as implicações socioambientais, como a mesa redonda global de soja sustentável, por sua vez:

O amadurecimento da cooperação em torno da Moratória da Soja abriu o caminho para o adensamento institucional e a criação de instrumentos de certificação, um resultado natural da cooperação privada e voluntária. Aqui entra o segundo nível. As associações de classe no Brasil (Abiove e Aprosoja) romperam com o RTRS e criaram um standard nacional para a soja denominado Soja Plus (VEIGA; RODRIGUES, 2010, p. 18).

Em 2011 a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (APROSOJA) juntamente com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) lançaram o programa Soja Plus. Atualmente a Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul (FAMASUL), a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), o Sistema de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Universidade Federal de Viçosa são organizadoras. O Soja Plus é um programa de gestão econômica, social e ambiental da propriedade rural brasileira.

O programa oferece de forma gratuita aos produtores oficinas e assistência técnica para melhor a gestão da fazenda com a distribuição de materiais, promoção de cursos sobre saúde e segurança no trabalho, adequação de construções rurais, regularização ambiental etc. Os princípios do Soja Plus prezam por melhoria das práticas agrícolas com o intuito de implementar o código florestal brasileiro - com os seus instrumentos fundamentais, o Registro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA); podendo alinhar os desafios da sustentabilidade e viabilidade econômico (APROSOJA, 2019).

O Soja Plus visa atender às demandas de produtos sustentáveis, por meio das seguintes linhas de ação: I) Qualidade de vida no trabalho; II) Melhores práticas de produção agrícola; III) Viabilidade financeira e econômica; IV) Qualidade do produto; V) Responsabilidade social. Segundo o programa, as ações são feitas por meio parcerias com os produtores rurais, governos estaduais e municipais, sociedade civil, comércio e instituições de ensino, pesquisa e extensão. O programa está implantado nos estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Minas Gerais, e em 2018 foi expandido para Goiás. Conforme o relatório de 2017 do Soja Plus 1.322 fazendas receberam assistência técnica entre 2011 e 2017. As fazendas inscritas até então produziram 7,15 milhões de toneladas de soja, abrangendo 2,4 milhões de hectares. No período foram investidos pelo programa 15 milhões de reais.

O que difere o Soja Plus da RTRS é que o programa é “de participação voluntária adequado à realidade do produtor nacional e com todas as ações de capacitação, materiais e assistência técnica oferecidas gratuitamente para os produtores participantes (ABIOVE, 2019).” Uma das críticas dos produtores à certificação da RTRS, sobretudo para os que não objetivam a exportação, é o elevado custo do processo de certificação e o nível de exigência do *standard*.

Dentre as organizações da sociedade civil, a Rede Cerrado congrega mais de 300 organizações que se identificam com a causa socioambiental do bioma, trabalhando para a promoção da sustentabilidade, em defesa da conservação do Cerrado e dos seus povos tradicionais (Quilombolas, indígenas, agricultores familiares). Em 2018 a organização juntamente, com ONGs, lançou no Congresso Nacional brasileiro um documento com recomendações em defesa do bioma.

**À GUISA DE CONCLUSÃO**

Nota-se que a estes arranjos institucionais identificados, por meio de seus objetivos enquanto organização, alteram as formas de produção dos produtores, e as práticas de governança, que já não são mais restringidas as ações governamentais/estatais. As redes agroalimentares compreendem uma pluralidade de atores sobretudo não-governamentais, mas ainda mantendo elos institucionais, em escalas espaciais diversas. Conclui-se que estes arranjos criam “governanças” que geram impactos espaciais nos territórios urbano e rural.

Em síntese, o surgimento de arranjos institucionais que descentralizam o poder corporativo e estatal (poder brando), se organizam através de atores que precisam estar representados nas esferas das decisões, ou sejam nas estruturas de poder.

**BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ, ABIC. Certificação. Disponível em: < <http://abic.com.br/certificacao/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS, ABIOVE. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://abiove.org.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO, ABRAPA. Algodão Brasileiro Responsável. Disponível em: <<https://www.abrapa.com.br/Paginas/sustentabilidade/algodao-brasileiro-responsavel.aspx>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE MATO GROSSO, APROSOJA. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comissao/sustentabilidade>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEZERRA, Juscelino E. A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. Doutorado (Tese) – Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 2012.

CAFÉ DO CERRADO. Denominação de origem. Disponível em: <<https://www.cafedocerrado.org/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

COE, N.; DICKEN, P; HESS, M.. Global Production Networks: Realizing the Potential. **Journal of Economic Geography**. V.8, n.3, p.271-295, 2008.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, Denizar F.. Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, n. 2, v. 1, p. 73-97, 2003.

HATANAKA, Maki. BUSCH, Lawrence. Third-Party Certification in the Global Agrifood System. **Food Policy**, n. 30, 354-369, 2005.

HENDERSON, Jeffrey et al. (2011). Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós-Ciências Sociais**. v.8, n.15, p. 143-170.

REDE ECOVIDA. Certificação. 2019. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, 44, p. 652-667, 1996.

ROSENAU, James N.. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília, Editora UnB, 2000.

RTRS, Round Table on Responsible Soy. Sobre a RTRS. Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/?lang=pt>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

SILVA, Odair Machado da Filho; PALLET, Dominique; BRABET, Catherine. **Panorama das Qualificações e Certificações de Produtos Agropecuários no Brasil.** São Paulo: Prosper, 2002.

SOJA PLUS. Relatórios. Disponível em: <<http://www.sojaplus.com.br/storage/site/downloads/documentos_referencia/relatorios_resultados/relatorio-de-realizacoes-20175a0307bb37b6d.pdf> >. Acesso em: 25 de junho de 2019.

VEIGA, João Paulo C.; RODRIGUES, Pietro Carlos. Certificação social e ambiental: arranjos institucionais e impactos sobre as commodities brasileiras.Rio de Janeiro. **Breves Cindes**, p. 01 - 30, 2010.

WINSTON, M.. NGO strategies for promoting corporate social responsibility. **Ethics and International Affairs**, n.2, 71–87, 2002.

1. O conceito de RPG eleva a metáfora “Rede” em detrimento da abordagem Cadeia/Circuito, propondo uma análise totalizante da organização econômica global na contemporaneidade (BEZERRA, 2012). A proposta teórica-conceitual se refere “a natureza e extensão das relações inter-firmas que ligam conjuntos de firmas dentro de agrupamentos econômicos maiores (STURGEON, 2001, p. 10 apud HENDERSON et al, 2011, p. 150).” É possível analisar as RPG por meio de três categorias: Valor, Poder e Enraizamento; com as dimensões de Valor e Estrutura. Ver em COE, N. M.; YEUNG, H.W-C. Global production networks: theorizing economic development in an interconnected world. Oxford: Oxford University Press, 2015; e (HENDERSON, Jeffrey, 2011). [↑](#footnote-ref-1)